

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Petróleo no Amapá destrava de vez a derrubada da 6x1

A descoberta de petróleo no poço Morpho da bacia da Foz do Amazonas, no litoral do Amapá, deu uma injeção de ânimo nos articuladores políticos do governo para a aprovação, ainda antes das eleições de outubro, da derrubada da jornada semanal de seis dias de trabalho por um de folga, a chamada 6x1.

O anúncio de descoberta pela Petrobrás foi feito na sexta-feira, 14, e já nesta segunda-feira, 17, o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva (PT), e seu até recentemente desafeto, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), estavam juntos no Oiapoque a bordo do navio-sonda ODN II, trocando juras de amor e agradecimentos.

“Quero dizer ao senhor, presidente Lula, na condição de amapaense e presidente do Congresso: muito obrigado pela defesa que o senhor fez ao longo dos últimos três anos e meio, enfrentando tudo e todos para defender que esse projeto chegasse no dia de hoje com essa descoberta feita pela Petrobras, que tem que ser um orgulho de todos os brasileiros”, disse Alcolumbre.

Lula devolveu elogios e agradecimentos. Ele citou Alcolumbre nominalmente por mais de uma vez e, ao final, agradeceu pelo presidente do Senado ter destravado, no Congresso, o andamento das três propostas consideradas prioritárias para o governo. Após aquele encontro de sexta-feira, o presidente do Senado anunciou que daria andamento às Propostas de Emenda à Constituição (PECs) da Segurança Pública e da

derrubada da 6x1, além do projeto que trata das terras raras.

Os três estavam parados desde que Lula e Alcolumbre praticamente romperam relações devido à derrubada, pelo Senado, da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

A coluna apurou que no encontro de sexta-feira, Lula recebera sinais de Petrobras de que poderia haver esse anúncio do petróleo no poço de Morpho. O presidente confidenciou essa possibilidade ao chefe do Congresso, que ficou extasiado. Alcolumbre precisa reeleger o governador do Amapá, Clécio Luís (União), para manter seu poder no estado, mas as pesquisas apontam o favoritismo do ex-prefeito de Macapá, Doutor Furlan (PSD).

Líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), é aliado de Alcolumbr e acompanhou esse reencontro de Lula e Alcolumbre no Oiapoque.

Procurada pela coluna, a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), admitiu que realmente pode ser aprovada a derrubada da 6x1 no próximo esforço concentrado do Congresso, marcado para ocorrer entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro.

“Estamos trabalhando para entrar na pauta”, disse a senadora. Conseguiu o mais difícil: na sexta-feira mesmo Alcolumbre enviou a PEC da 6x1 para a Comissão de Constituição e Justiça. O presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), já declarou que irá pautá-la imediatamente na Comissão. E os líderes de partidos do centrão também avisaram que a franca maioria dos integrantes de suas bancadas votará pela nova jornada de trabalho.

Lula não gosta que digam que ele é um homem de sorte. Mas é ou não é muita sorte encontrar petróleo no Amapá justamente agora?

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

Suspeita pressiona Lula

A publicação de gravações entre Fábio Luís Lula da Silva e a lobista Roberta Luchsinger mostra a necessidade de o presidente Lula (PT) mudar sua posição sobre as suspeitas em torno de seu primogênito: não basta mais dizer que cabe a ele provar sua inocência.

Para o petista, o fundamental é mostrar que o governo não agiu de maneira conivente ou cúmplice. Qualquer dúvida tem poder suficiente para atrapalhar e, mesmo, impedir sua reeleição.

As conversas, divulgadas pelo site Metrôpoles, indicam a clara possibilidade de que Fábio — chamado de Lulinha — tenha defendido interesses privados. Isso caracterizaria tráfico de influência e/ou corrupção ativa.

A questão é saber se as supostas ações irregulares de Fábio, que chegaram à antessala presidencial geraram vantagens indevidas para as empresas para as quais ele teria atuado. O Ministério da Saúde e a Dataprev negaram qualquer tipo de contrato com, respectivamente, World Cann (que comercializa cannabis medicinal) e a 3Structure It.

Uma rápida consulta ao Portal da Transparência revela a existência de quatro contratos da 3Structure It com o governo federal, um total de R\$ 55,721 milhões: apenas um deles, com o Comando do Exército, no valor de R\$ 21,831

milhões, foi assinado antes da nova posse do petista (tem data de novembro de 2022). Há ainda suspeitas relacionadas a Fábio no caso de desvios de aposentadorias e pensões — isso, por seus contatos com Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”.

Lula sairá bem da história caso seja provado que o aparente lobby de Fábio não deu em nada. Mas a existência de contratos com a 3Structure It é, por si só, capaz de levantar suspeitas.

Então chefe de gabinete do presidente, Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, admitiu que recebeu favores de Roberta; isto, em forma de empréstimo posteriormente quitado. Uma ajuda esquisita, que envolve a compra e a entrega de joias para ele. Há também fortes indícios de que o lobby de Fábio chegou a Swedenberger Barbosa, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde.

A revelação das conversas muda o ritmo desejado pelo governo para o caso. Antes, para o Planalto, melhor seria que investigações e notícias seguissem de forma lenta, de maneira a não atropelar o processo eleitoral. Agora, a situação é outra: cabe tentar provar rapidamente que o aparente processo contínuo de tráfico de influência não teve consequências; a eleição é logo ali.

Lula sabe que há uma diferença entre o processo judicial e o político, ainda mais em véspera de eleição. Uma eventual condenação de Fábio tende a demorar, envolve indiciamento, denúncia, julgamento, recursos. Já a punição ao presidente seria muito rápida, ocorreria em outubro deste ano.

EDITORIAL

Amazônia, agora, na corrida do óleo do mar

A confirmação de óleo no poço Morpho, na Bacia da Foz do Amazonas, abre uma perspectiva estratégica para o Brasil. Ainda é cedo para falar em grandes reservas ou em produção comercial, mas o resultado reforça a possibilidade de o país encontrar uma nova fonte de petróleo justamente quando o pré-sal se aproxima de seu pico de produção.

A descoberta pode significar investimentos, empregos, arrecadação e desenvolvimento para o Amapá e para a região Norte. Também pode contribuir para a segurança energética brasileira e para a reposição das reservas nacionais nas próximas décadas. Por isso, seria equivocado tratar a exploração petrolífera na Margem Equatorial apenas como uma ameaça ambiental ou, no extremo oposto, como um caminho inevitável para o desenvolvimento.

O ponto central é a responsabilidade. A Foz do Amazonas está em uma área de elevada sensibilidade socioambiental, com manguezais, unidades de conservação, terras indígenas e grande biodiversidade marinha. O próprio Ibama já apontou, em análises anteriores, lacunas de conhecimento e riscos que exigem estudos rigorosos antes do avanço das atividades.

Cabe à Petrobras demonstrar, na prática, que possui tecnologia, estrutura e planos de emergência capazes de responder rapidamente a qualquer acidente. As modelagens de dispersão de óleo precisam ser permanentemente atualizadas, assim como os equipamentos e equipes de monitoramento e resgate da fauna. A empresa também deve manter diálogo transparente com comunidades indígenas, pescadores, pesquisadores e autoridades locais.

O licenciamento ambiental não pode ser encarado como obstáculo burocrático, mas como condição para que a exploração seja socialmente legítima. Cada novo poço deve depender de evidências técnicas e do cumprimento das exigências do Ibama.

O Brasil precisa de petróleo para sustentar sua economia durante a transição energética, mas não pode aceitar que a busca por novas reservas coloque em risco ecossistemas únicos. Explorar, se houver viabilidade ambiental, é uma decisão possível. Explorar sem segurança, não.

A riqueza da Foz do Amazonas só será uma conquista nacional se o petróleo encontrado puder gerar desenvolvimento sem transformar a biodiversidade amazônica em preço a pagar.

OPINIÃO DO LEITOR

Carne e unha

Tanto Ronaldo Caiado como Romeu Zema são bolsonaristas. Defendem a classificação das facções de terroristas e privatizar tudo. Dizem que vão combater as facções criminosas, mas foram contra a interação da União com os governos estaduais no combate ao crime organizado. Culpam o governo atual pelo tarifaço do Trump e não os filhos de Bolsonaro.

Vicente Limongi Netto, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Afonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP
22775-057

BRASÍLIA
ST SIBSQuadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasilia - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal